

Paulo Evaristo Arns: A morte do Cardeal da Resistência no editorial da *Folha de S. Paulo*¹

Luana Chinazzo MÜLLER²

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, RS

Resumo

Falecido em 14 de dezembro de 2016, o Arcebispo Emérito de São Paulo Dom Paulo Evaristo Arns, símbolo de luta pela defesa dos direitos humanos, é uma personalidade que, fazendo referência à Getúlio Vargas, nem precisou sair da vida, para entrar na história. Por seu papel histórico em diversos momentos, principalmente durante a ditadura militar, sua morte causou comoção e homenagens na mídia brasileira. O presente artigo propõe uma Análise de Conteúdo (AC) do editorial “*Paulo Evaristo Arns*”, publicado na *Folha de S. Paulo* no dia posterior ao falecimento do cardeal. Por meio da AC, a pesquisa visa ir além das palavras escritas, ao desvelar o encoberto da narrativa. Para isso, a análise se apoia também em outros textos do veículo, historicamente ligados ao conteúdo mencionado pelo editorial.

Palavras-chave: História da Mídia Impressa; Folha de S. Paulo; Dom Paulo Evaristo Arns; Ditadura Militar; Análise de Conteúdo.

Introdução

No dia 14 de dezembro de 2016, uma quarta-feira, o Arcebispo Emérito de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, faleceu aos 95 anos na capital paulista. Reconhecido pelas posições progressistas, pela luta contra o regime militar e pela defesa dos direitos humanos, a morte do cardeal mobilizou homenagens dos principais líderes políticos brasileiros, dos representantes da Igreja Católica no Brasil e da mídia nacional. (NOVAES; VALENTE, 2016). O presente artigo busca perceber como esta última se portou diante desse evento, por meio da análise de conteúdo do editorial do dia 15 de dezembro, dia seguinte ao falecimento, de um dos maiores jornais do Brasil, a *Folha de S. Paulo*. Para isso, esse

¹ Trabalho apresentado no GT História da Mídia Impressa integrante do 11º Encontro Nacional de História da Mídia.

² Mestranda em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) na linha de pesquisa Práticas Culturais nas Mídias, Comportamentos e Imaginários da Sociedade da Comunicação. Bolsista Capes. E-mail: luachinazzo@gmail.com.

estudo contará com uma retomada histórica do papel desenvolvido por D. Paulo durante o Regime Militar, o exame aprofundado do texto escolhido e também de outros textos historicamente ligados ao conteúdo mencionado pelo editorial.

Igreja Católica e Regime Militar

D. Paulo Evaristo Arns foi nomeado Cardeal do estado de São Paulo em 1970, quando assumiu a Catedral Metropolitana Nossa Senhora da Assunção de São Paulo, conhecida como Catedral da Sé. O período, apenas dois anos após a proclamação do AI-5³, era marcado pelo auge da ditadura militar brasileira, da repressão a civis e da perseguição a opositores do regime.

Ao contrário dos atos anteriores, no entanto, o AI-5 não vinha com vigência de prazo. Era a ditadura sem disfarces. O Congresso é colocado em recesso, assim como seis assembleias legislativas estaduais e dezenas de câmaras de vereadores em todo o país. [...]. Desenvolve-se um aparato de “órgãos de segurança”, com características de poder autônomo, que levará aos cárceres políticos milhares de cidadãos, transformando a tortura e o assassinato numa rotina. (ARQUIDIOCESE, 1985, p. 62-63).

O posicionamento da Igreja Católica também passava por transformações quando Arns assumiu a Arquidiocese. Em 1964, a instituição apoiou a queda de João Goulart, presidente deposto pelos militares em 1º de abril daquele ano. Enquanto a Conferência Nacional dos Bispos (CNBB) declarou oficialmente o apoio ao golpe militar em 29 de maio (BRITO, 2013 apud PROGRAMA LUGARES DA MEMÓRIA, 2014), a Igreja já havia contribuído para a conjuntura política que possibilitou a tomada de poder, por meio das *Marchas da Família com Deus pela Liberdade*. Organizadas pela Campanha da Mulher pela Democracia (Camde), composta por mulheres de classe média que buscavam defender de forma reacionária valores como família, religião e propriedade, as Marchas levaram milhares de pessoas às ruas, ganhando grande destaque na imprensa. (ABREU, 2014).

Entretanto, explica o teólogo Antônio Carlos Ribeiro (2015), entre as décadas de 1960 e 1970, a Igreja passou por mudanças em nível mundial. Os debates resultantes do Concílio Vaticano II concordavam sobre a necessidade da estrutura institucional se

³ O Ato Institucional Número Cinco (AI-5), instaurado em 13 de dezembro de 1968, instituiu os chamados “anos de chumbo” no Brasil. Os anos que se seguiram foram marcados pelas absolutas repressão, violência e supressão das liberdades civis. (ARQUIDIOCESE, 1985).

aproximar da sociedade contemporânea. Assim, as Igrejas ao redor do mundo receberam maior autonomia para responder aos contextos locais, “[...] colocando-se a serviço de todos os homens de hoje, mas principalmente dos mais pobres”. (RODRIGUES, 2008, p. 15-17 apud RIBEIRO, 2015, p. 47). No contexto brasileiro, após o AI-5, com o aumento da repressão, das prisões, das torturas e dos desaparecimentos, e a perseguição inclusive a membros do clero, como demonstra o livro *Brasil: Nunca Mais* (ARQUIDIOCESE, 1985)⁴, ocasionou a adesão da CNBB à luta pelos direitos humanos.

É importante destacar, para reforçar o caráter progressista que D. Paulo Evaristo Arns desempenhou, que essa mudança de posição não foi adotada por todos os membros da Igreja, como demonstra o discurso do Cônego Antônio Guilherme Grings, que rezou a missa oficial de aniversário do regime militar no dia 31 de março 1981, em Porto Alegre:

Ninguém, em sã consciência, pode negar que estávamos à beira do abismo, do caos mais lúgubre, para o qual consciente ou inconsciente éramos arrastados. A sensibilidade patriótica e religiosa da mulher mineira e outras manifestações nacionais movimentaram os tanques que as Forças Armadas, atendendo ao clamor da Pátria, dirigiram para a preservação da nossa democracia, triturando os tentáculos do povo comunista da desordem, corrupção e subversão e, graças a Deus, sem derramamento de sangue”. (ZERO HORA, 01-04-1980, p. 3 apud MÜLLER, 2014, p. 63).

O contínuo apoio de parte do clero é reforçado no discurso do Arcebispo de Porto Alegre Dom Cláudio Colling em 1982, nas comemorações do 18º aniversário do regime:

Eu creio em algo de análogo a tudo que nós sentimos em referência a este acontecimento, da entrada das forças brasileiras na luta pelo bem em campos europeus, se passou há 18 anos atrás, quando essas mesmas Forças [...] guardiãs de nossa honra e de nossa tradição, resolveram dizer um basta! (ZERO HORA, 01-04-1982, p. 37 apud MÜLLER, 2014, p. 64).

Nesse cenário nacional, de posicionamentos divergentes, luta política e, acima de tudo, muito medo por parte de diferentes setores da sociedade, Dom Paulo Evaristo Arns teve um papel de grande importância nas denúncias dos crimes cometidos pelo Estado e na batalha pelos direitos humanos. Sua posição firme, mas pacífica, contra o regime militar

⁴ Projeto desenvolvido clandestinamente pela Arquidiocese de São Paulo – representada nas figuras de Dom Paulo Evaristo Arns, Rabino Henry Sobel e Pastor Presbiteriano Jaime Wright – entre os anos 1979 e 1985, por meio de dados levantados dos processos apresentados por vítimas e família de vítimas da ditadura militar no Superior Tribunal Militar.

rendeu ao clérigo diversas homenagens e adjetivos, como Cardeal da Resistência, Cardeal da Esperança e Cardeal da Coragem, que precederam seu nome até o fim da sua vida.

O Cardeal da Resistência

Durante o regime militar, Dom Paulo acumulou 46 fichas no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS)⁵. A documentação, com número de registro 5053, apresenta o religioso com subversivo e “atuante da cúpula da Ala Progressista do clero católico do país, que se dedica a conectar o clero esquerdista com os meios sindicais e estudantis”. (CARVALHO, 2013; SYDOW e FERRI, 1999; NOVAES e VALENTE, 2016). A Catedral da Sé também não passou incólume, diversas pichações como “Morte aos padres comunas” passaram a ocupar as paredes externas. (PROGRAMA LUGARES DA MEMÓRIA, 2014).

Como Arcebispo de São Paulo, uma grande metrópole, D. Paulo atraía atenção internacional. Por isso, qualquer medida repreensiva que os militares tomassem teria repercussão em outros países e no Vaticano. A postura firme, mas tranquila, também exercia receio nos policiais, que buscavam maneiras indiretas de atingir o cardeal, seja por fotos forjadas ou por meio da tortura de presos que tinham ligações com D. Paulo. Entretanto, nada fazia o religioso recuar da luta que se propusera. (NOVAES e VALENTE, 2016).

Diversas ações marcaram a atuação política de Arns, como as criações da Comissão Justiça e Paz, em 1972, que atuaria na esfera jurídica, ao dar proteção e assistência a presos políticos e suas famílias, e do Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os países do Cone Sul (CLAMOR), um comitê que atuou como uma rede de solidariedade em defesa dos direitos humanos no Cone Sul através de investigações e denúncias de violações entre 1977 e 1984. (ABREU, 2001; BAUER, 2006; PROGRAMA LUGARES DA MEMÓRIA, 2014). Entre tantas outras iniciativas, duas tiveram grande importância para o período e os anos que se seguiram.

A primeira delas, que marcou o início da mudança na conjuntura política nacional, foi o Culto Ecumênico pela morte do jornalista Vladimir Herzog. Vlado, como era

⁵ O Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) foi um dos órgãos de informações e repressão criados durante a ditadura militar brasileira como aparato repressivo. (BAUER, 2007)

conhecido o jornalista, foi preso, torturado e morto pelos militares no dia 25 outubro de 1975. Na ocasião, os policiais forjaram o suicídio de Herzog, por meio de uma foto, onde ele aparece enforcado, laudo pericial assinado por dois médicos e perícia de encontro de cadáver assinada por um perito. Conforme afirma a nota oficial do II Exército:

[...] foi encontrado morto enforcado, tendo para tanto utilizado uma tira de pano [...] Foi solicitada à secretaria de Segurança a necessária perícia técnica, positivando os senhores peritos a ocorrência de suicídio [...] As prisões até hoje efetuadas se enquadram, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, não visando a atingir classes, mas tão somente salvaguardar a ordem constituída e a Segurança Nacional. (FOLHA DE S. PAULO, 27-10-1975, p. 3).

No dia 31 de outubro de 1975, oito mil pessoas reuniram-se na Catedral da Sé, na primeira manifestação pública desde o final dos anos 1960. No ato religioso, ao lado do pastor James Wright e do rabino Henry Sobel, D. Paulo denunciou: “Basta! Vladimir Herzog foi assassinado”. (NOVAES e VALENTE, 2016, p. 2). No local, cerca de 500 policiais e soldados trabalhavam para dificultar o acesso, por meio de desvios e bloqueios no trânsito, e para intimidar os participantes, portando armas e cachorros e filmando e fotografando quem estava presente. A cerimônia inaugurou uma nova fase da política brasileira. O medo que tomara conta da sociedade até então, começou a ser substituído pela esperança e pela urgência de resistir. (CARVALHO, 2013; SYDOW e FERRI, 1999; NOVAES e VALENTE, 2016; PROGRAMA LUGARES DA MEMÓRIA, 2014).

A segunda iniciativa de D. Paulo que precisa ser destacada pela importância histórica é a organização da obra *Brasil: Nunca Mais* (ARQUIDIOCESE, 1985). Originado pelo CLAMOR, o projeto foi desenvolvido clandestinamente com base em dados levantados dos processos apresentados por vítimas e famílias de vítimas da ditadura militar no Superior Tribunal Militar. O grupo liderado pelo religioso católico e pelo colega presbiteriano James Wright inicialmente reproduziu a totalidade dos processos que chegaram até ao Tribunal durante a ditadura militar dando origem aos projetos A e B. Posteriormente, o projeto B foi sintetizado por dois jornalistas contratados dando origem ao volume intitulado *Brasil: Nunca Mais*. (ABREU, 2001; BAUER, 2006).

No prefácio da obra escrito por Arns, o cardeal divide um relato do qual ficara sabendo em 1985 e que demonstra os sentimentos dos policiais para com o ele: [...] na manhã de 12 de fevereiro de 1974, um delegado fizera subir os presos para anunciar-lhes,

com ar triunfante e cínico, que minha mãe havia morrido no dia anterior. Os presos baixaram os olhos e nada disseram”. (ARQUIDIOCESE, 1985, p.13).

A morte da esperança no editorial da *Folha de S. Paulo*

Entre as homenagens a Arns em diversos veículos, optamos por trabalhar com o jornal *Folha de S. Paulo* pela relevância nacional que o impresso tem, uma vez que a *Folha* manteve-se na última década entre os três jornais com maior circulação no Brasil, variando de posição⁶. A capa da publicação de quinta-feira, 15 de dezembro de 2015, traz a manchete: “Morre D. Paulo Evaristo Arns”, acompanhada de uma simpática foto do arcebispo abanando, captada pelo fotógrafo Fabio Braga, em outubro do mesmo ano, que ocupa cerca de um terço da página. Ao todo, seis páginas da edição de nº 32.033 mencionam o cardeal, e as páginas A10 e A11, da editoria *Poder*, são dedicadas inteiramente à figura religiosa, e também política, que Arns foi. A página A2, da editoria *Opinião*, apresenta os *Editoriais* do jornal. Nela, o editorial principal da *Folha* afirma: “Paulo Evaristo Arns: Notável pela coragem numa era de grave maniqueísmo, arcebispo emérito de São Paulo é símbolo da luta pelos direitos humanos”. A página ainda traz uma coluna de opinião assinada pelo jornalista responsável pela coluna *Brasília*, Bernardo Mello Franco, com o título “Adeus ao Cardeal”. Neste artigo, concentraremos nossas atenções ao primeiro texto da página, que apresenta a posição editorial do veículo.

Para o exame do editorial, optamos pela Análise de Conteúdo (AC), um método de pesquisa que reúne um conjunto de técnicas para uma observação sistemática e objetiva do conteúdo de mensagens. A AC busca descrever e interpretar as mensagens, indo além da significação perceptível na leitura padrão. Ao considerar também o conteúdo latente dos textos, a metodologia permite reconstruir aspectos contextuais, como valores, opiniões e preconceitos de uma sociedade. (BARDIN, 2009; BAUER e GASKELL, 2002). O editorial da edição supracitada da *Folha* foi dividido conforme os parágrafos, dez ao todo, mais o subtítulo, transcrito acima, em 11 unidades de registro. Cada unidade de registro foi resumida em palavras-chave que sintetizam o conteúdo do parágrafo. Unidades de registro com temas correlacionados foram, então, agrupadas, formando duas categorias finais:

⁶Dados do Instituto Verificador de Circulação (IVC). Disponível em: <<http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

positiva e neutra/negativa. Consideramos *positiva*, unidades que não apresentam nenhum aspecto de oposição, desmerecimento, diminuição simbólica de períodos e momentos protagonizados por Arns; chamamos *neutra/negativa*, unidades que apresentem oposição, desmerecimento, diminuição simbólica de períodos e momentos protagonizados por D. Paulo.

Sete unidades compõem a primeira categoria, que apresenta as seguintes palavras-chave: símbolo de luta; papel incomparável; constante e corajoso defensor; personalidade excepcional; marco na resistência; progressista; esperança. Já a segunda categoria, formada por quatro parágrafos, é caracterizada da seguinte maneira: não teria conhecido riscos; minimizou-se guerrilhas de esquerda; enfraquecimento do ideal. A partir dessas palavras-chave e categorias, podemos perceber uma flutuação no desenvolvimento do texto, uma vez que elas se intercalam no discurso. O editorial inicia com o subtítulo que acompanha o nome do cardeal, destacado em negrito e fonte maior, onde o religioso é apresentado como um “símbolo da luta pelos direitos humanos”. O texto segue destacando o “papel incomparável” de D. Paulo como “um constante e corajoso defensor” que figura entre as “personalidades excepcionais”.

No quarto parágrafo, a coluna ressalta que “há quem diga que [...] o cardeal Arns não teria conhecido riscos”, mas que não é o caso de “minimizar [...] ações [...] que acompanhava setores de repressão”. O sexto parágrafo descreve a “missa de memória do jornalista assassinado”, organizada por Arns em homenagem à Vladimir Herzog, como um “marco de resistência”, para em seguida reforçar o caráter progressista do arcebispo que “surpreendia a muitos”. O texto se encaminha para o final, lembrando um período “maniqueísta [...] a ponto de minimizarem-se as violências e os assassinatos cometidos pela guerrilha de esquerda”. Para, na sequência, mencionar que Arns foi “neutralizado em suas atividades e “viu o gradual enfraquecimento de seu ideal”. Por fim, o editorial afirma que “feliz ou infelizmente” o tempo de D. Paulo é outro, representado pela “crença, a simplicidade e a esperança”.

Partindo das premissas que a pesquisa científica deve trazer à tona o que está submerso, que deve revelar, ou ainda, desvelar, ou seja, “[...] tirar o véu que encobre o objeto”, mostrar o que não pode ser visto na superfície. (SILVA, 2010, p. 29); que só há uma “pro-dução” quando o pesquisador consegue descobrir o encoberto; e que a escolha e aplicação de uma metodologia nunca é algo neutro, uma vez que a própria técnica não é

neutra, e deve ser escolhida e aplicada de maneira a contribuir para o desvelamento. (HEIDEGGER, 2002). Faz-se necessário analisar mais profundamente nosso objeto de pesquisa, buscando desvelar o que está escondido pela familiaridade. Trocar de lente, sair do nosso lugar por meio do estranhamento, entrar no objeto, para, então, retornar a si, a fim de dialogar com o texto analisado. (SILVA, 2010).

Para isso, há alguns pontos que a análise aprofundada do editorial da *Folha* suscitaram. O primeiro deles é que, embora fique claro o reconhecimento do papel histórico de Arns na luta contra a ditadura militar e pelos direitos humanos, e que essa trajetória seja descrita com adjetivos como “corajoso”, “incomparável”, “excepcional”, que demonstram exaltação à vida do arcebispo. E que, à primeira lida, o texto passe a impressão de uma integral homenagem ao religioso e ao percurso que ele trilhou em vida. Com a sequencia de releituras é perceptível que os adjetivos positivos são alternados com sentenças adversativas. Por exemplo, quando é mencionado que “há quem diga que [...] o cardeal Arns não teria conhecido riscos”, automaticamente é dada voz a quem afirma que o arcebispo não teria conhecido riscos. É como se a *Folha de S. Paulo* dissesse: “Olha, não somos nós que estamos dizendo, mas há quem diga que o cardeal só teve coragem para lutar contra o regime militar porque estava em posição privilegiada que não conhecia riscos”. Ao abordar o *mas*, a publicação, mesmo que inconscientemente, desmerece, diminui os feitos de Arns.

No capítulo oito, são mencionadas as “violências e os assassinatos cometidos pela guerrilha de esquerda”, e é afirmado que o regime militar foi um período de “visão maniqueísta da história e da política” a “ponto de minimizarem-se” os crimes de resistência cometidos. Esse trecho, localizado no desenrolar da narrativa, logo após à unidade que caracteriza D. Paulo como um progressista que “surpreendia a muitos” ainda acostumados a “identificar na igrejas as marcas do conservadorismo”, parece deslocado do texto. O leitor desatento provavelmente ignoraria essa unidade pelo estranhamento que ela causa. Estudos demonstram que na presença de informações destoantes, há a tendência de gerar um efeito chamado de dissonância cognitiva. O conceito de dissonância cognitiva sustenta que na presença de informações contraditórias, o indivíduo tende a buscar o equilíbrio, eliminando ou transformando o componente menos relevante para ele. (FESTINGER, 1957 apud WOLF, 2008).

Todavia, o pesquisador atento e disposto a desvelar o objeto, precisa que todos os pontos suscitem a atenção. Quando o jornal menciona as guerrilhas de esquerda, e considera

maniqueísta, ou seja, baseada no dualismo entre o bem e o mal, os ideais da época, a ponto de fechar os olhos para o “mal” dentro do “bem”, para a violência entre os que acusam ser violentados, há uma crítica subtendida aos que relativizam as ações da esquerda armada. É importante destacar que D. Paulo foi um grande defensor a anistia política. Considerada por Arns, “a nossa maior batalha”, a anistia de crimes políticos cometidos durante o período da ditadura era uma maneira de garantir que opositores do regime, que resistiram e juntaram forças no combate aos militares, não fossem condenados a pagar ainda mais do que já haviam pagado nos últimos 21 anos: privação das liberdades, vida na clandestinidade, prisões arbitrárias, desaparecimentos e mortes. (SKIDMORE, 1988, p. 423 apud RIBEIRO, 2015, p. 52).

Por fim, esta análise destaca a unidade de registro que menciona a missa em memória ao jornalista Vladimir Herzog organizada por Arns, em 1975. No parágrafo seis do texto, o editorial menciona que a celebração em homenagem ao “jornalista *assassinado* [...] foi um marco na resistência [...] à ditadura militar” (grifo nosso). Em 1975, logo após a morte de Vlado, a *Folha de S. Paulo*, assim como a maioria da imprensa nacional, noticiou o acontecimento por meio da veiculação do comunicado oficial do II Exército, no dia 27 de outubro. Sem menção na capa da edição, o texto, com o título “II Exército anuncia *suicídio* de jornalista” (grifo nosso), localizado na lateral direita da página 3, tem como fonte a nota divulgada pelos militares. Segundo o jornal: “O jornalista Wladimir Herzog, de 38 anos, diretor do Departamento de Jornalismo da TV Cultura, Canal 2 e que se *suicidou* na tarde de sábado nas dependências de um órgão do II Exército, segundo nota oficial deste, será sepultado hoje no Cemitério Israelita do Butantã”. A nota é seguida pela publicação integral do comunicado da instituição militar e por uma nota do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo que comunica a morte do colega e afirma que “ainda aguarda esclarecimentos necessários e completos”. (FOLHA DE S. PAULO, 27-10-1975, p. 3, grifo nosso).

Para Berger (2006, p. 07) a midiaticização da morte de Vlado tornou o acontecimento objeto de disputa de sentido. A autora defende que houve dois momentos de representação da morte de Herzog nos veículos de comunicação: o primeiro marcado pela reprodução de comunicados oficiais que a autora descreve como “[...] informação silenciada, censurada, dita sem dizer”; e o segundo, “[...] dito do modo como pôde ser dito por quem ficou”, representado pela narrativa contemporânea, deslocada temporalmente do acontecimento.

Para o pesquisador do regime militar Álvaro Larangeira (2014 apud DIAS, 2015, p. 3), mesmo se considerarmos que a imprensa ainda passava por censura em 1975, a cobertura do acontecimento feita pela *Folha* encaixa-se no que o ele chama de “jornalismo do mato” - “gênero pautado em boletins de ocorrência, comunicados e informes do DOPS e relatórios do SNI⁷”. Segundo Larangeira, a maneira como o falecimento de Herzog foi noticiado pelo veículo seria o “ápice do servilismo do jornal”, uma vez que o veículo não questiona as circunstâncias da morte do jornalista que se apresentou voluntariamente ao Exército para ser interrogado.

Na ocasião da missa ecumênica em memória à Vlado, celebrada na Catedral da Sé por Arns, junto aos líderes religiosos Wright e Sobel – que o editorial analisado neste artigo menciona – em 1º de novembro, dia seguinte ao ato, a *Folha de S. Paulo* publicou dois textos opinativos mais um editorial sobre o evento. No editorial de 1975, com título “Lição e Ponderação”, o impresso afirma que “O doloroso episódio da morte do jornalista Vladimir Herzog encerra uma lição e sugere uma ponderação [...] para todos os radicais, de um e outro lado”. Já um dos textos opinativos, assinado por E. F., “Abaixar as Armas”, afirma: “A comovente cerimônia [...] foi sem dúvida a mais digna e profunda homenagem que se podia prestar à memória de Vladimir Herzog”; mas completa que não “se pretendeu transformar o féretro num pretexto contestatório” e deseja que “as belas intenções das palavras oficiais não sejam sufocadas pelos miasmas das arbitrariedade oficiosas”. O tom precavido dos textos, embora exclua a palavra suicídio, também não menciona a palavra assassinato, e trabalha com o acontecimento como um caso isolado e à parte do governo do presidente Geisel que quando “fala em humanismo, não está simplesmente cultivando a retórica”. (FOLHA DE S. PAULO, 01-11-1975, p. 2).

O presente artigo traz essa breve retomada dos textos publicados na *Folha de S. Paulo* nos dias que seguiram o assassinato de Herzog para fundamentar a análise da sexta unidade do editorial sobre o falecimento de Arns, uma vez que percebe-se que o uso da palavra *assassinado* contradiz o que foi publicado anteriormente. Sem ignorar outros períodos em que, provavelmente, o veículo já tenha nomeado como *assassinato* o acontecimento, não os consideramos neste momento por entender que não se pode presumir

⁷ Serviço Nacional de Informações (SNI) foi outro dos órgãos de informações e repressão criados durante a ditadura militar brasileira como aparato repressivo. (BAUER, 2007).

que o leitor carregue essa referência. Ao não mencionar no editorial a tentativa dos militares de encobrir os fatos – tentativa essa, assimilada e compartilhada pela mídia, e pela própria *Folha* – o leitor desavisado, ou ainda desatento, não perceberá a *mea-culpa* do jornal sobre esse episódio. Ao descobrir o objeto desta pesquisa, desvela-se que, mesmo inconscientemente, a publicação deixa encoberto que o papel de Arns ao organizar o que seria um “marco na resistência, ainda silenciosa, à ditadura”, foi uma atitude que a direção da própria *Folha de S. Paulo* não teve coragem de assumir no período. No fim, D. Paulo Evaristo Arns foi tão notável, corajoso, incomparável e excepcional, usando adjetivos do próprio editorial, que fez o que muitos, incluindo a mídia nacional, não tiveram coragem de fazer: denunciar o evidente – Vladimir Herzog foi assassinado.

Considerações Finais

A morte de líderes sempre causa comoção e desencadeia homenagens. Com Dom Paulo Evaristo Arns, símbolo de resistência à ditadura de segurança nacional brasileira, não poderia ser diferente. Ao longo dos 95 anos de vida, o Arcebispo Emérito de São Paulo, circulou entre figuras políticas de destaque, sem nunca perder a simplicidade característica dos franciscanos e a sede de luta por um mundo mais justo e democrático. A ocasião de seu falecimento, suscitou a comoção e a homenagem de muitos. A *Folha de S. Paulo*, jornal impresso que acompanhou grandes momentos da trajetória do religioso, como demonstra esta pesquisa, não poderia deixar de noticiar e comentar o acontecimento. Com este trabalho buscou-se demonstrar que até nas homenagens há conteúdo encoberto e que o pesquisador precisa se aprofundar no objeto de pesquisa, ir além da superfície, e, por meio do recobrimento, buscar perceber as sutilezas das narrativas.

No editorial do dia 15 de dezembro de 2016, a *Folha* relembra e destaca a caminhada de Arns. Entretanto, este artigo cumpre seu propósito ao demonstrar que por trás das palavras de um texto, há a possibilidade de significados nem sempre aparentes ou óbvios. Além do tributo ao cardeal, a coluna do jornal paulista apresenta alguns *poréns* às escolhas e ações de D. Paulo. A publicação, também, omite sua atuação nos anos de ditadura militar ao silenciar sobre sua posição inicial no caso Herzog. Analisar de forma aprofundada os textos que emitem opinião nos veículos de comunicação, principalmente os editoriais, que exprimem o juízo do próprio veículo, é uma maneira eficaz de

compreendermos o posicionamento da mídia frente a diversos momentos da história de um país. A relação entre mídia e política tem muitos campos a serem explorados e debatidos, esta pesquisa vem colaborar para essa discussão permanente e necessária.

REFERÊNCIAS

ABREU, A. A. de et. al. (coords.). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós- 1930**. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001. v.1.

ARQUIDIOCESE, DE SÃO PAULO. **Brasil: nunca mais**. Petrópolis: Vozes, 1985.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS (ANJ). **Maiores Jornais do Brasil**. Brasília: [2017?]. Disponível em: < <http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil> >. Acesso em: 10 abr. 2017.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.

BAUER, C. S. O Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (DOPS/RS): Terrorismo de Estado e ação de Polícia Política durante a ditadura civilmilitar brasileira. In: **Revista Ágora**, Vitória, n. 5, 2007, p. 1-31.

_____. **Avenida João Pessoa, 2050 - 3o. andar: terrorismo de Estado e ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964 - 1982)**. Porto Alegre: UFRGS, 2006

BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BERGER, C. Memória enquadrada: 30 anos se passaram e Vlado segue morrendo. In: **IV Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo**. SBPJOR. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

CARVALHO, R. **O cardeal da Resistência**. As muitas vidas de dom Paulo Evaristo Arns. São Paulo: Vladimir Herzog, 2013.

DIAS, A. B. Herzog re(a)presentado: notas sobre memória, narrativa e “acontecência”. In: **24º Encontro Nacional COMPÓS**. Brasília: UNB e UCB, 2015.

HEIDEGGER, M. **Ensaio e Conferências**. Petrópolis: Vozes, 2002.

HERSCOVITZ, H. G. In: LAGO, C.; BENETTI, M. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007.

MÜLLER, L. C. **O agendamento das comemorações de aniversário golpe militar de 1964 nas páginas de Zero Hora**. 2014. 106 F. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado)

em Comunicação Social – Habilitação: Jornalismo)- Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2014.

NOVAES, J.; VALENTE; J. Dom Paulo Evaristo Arns: uma voz na escuridão. **Jornal da PUC**, Rio de Janeiro, dez. 2016. Disponível em: <<http://jornaldapuc.vrc.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=5074&sid=48>>. Acesso em: 30 mar. 2017.

PROGRAMA LUGARES DA MEMÓRIA. **Catedral Metropolitana Nossa Senhora da Assunção de São Paulo** - Catedral da Sé. Memorial da Resistência de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://www.memorialdaresistencia.org.br/memorial/Upload/file/lugares-da-memoria/pa%20e%20catedral%20da%20s.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2017.

RIBEIRO, A. C. D. **Paulo Evaristo Arns e sua luta pelos Direitos Humanos no Brasil durante a ditadura (1964-1984)**: um estudo de Bioética. São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://site.fdv.br/wp-content/uploads/2017/03/03-D.-Paulo-Evaristo-Arns-e-sua-luta-pelos-direitos-humanos-Antonio-Carlos-Ribeiro.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2017.

SILVA, J. M. (da). **O que pesquisar quer dizer?** Como fazer textos acadêmicos sem medo da ABNT e da CAPES. Porto Alegre: Sulina, 2010.

SYDOW, E.; FERRI, M. **Dom Paulo Evaristo Arns**: Um homem amado e perseguido. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

WOLF, M. **Teorias da Comunicação**. Lisboa: Presença, 2008.